



## Conhecimento do tema plantas medicinais e fitoterápicos como instrumento tecnológico na formação dos acadêmicos de enfermagem

Natalia Correa, Maria Cristina Flores Soares, Ana Luiza Muccillo-Baisch \*

Laboratório de Ensaios Farmacológicos e Toxicológicos, Instituto de Ciências Biológicas,  
Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil

### *Histórico do Artigo*

Recebido em  
19/11/2017  
Aceito em  
30/06/2018

### *Palavras-chave:*

Práticas integrativas e complementares;  
Acadêmicos de enfermagem; Plantas medicinais; Fitoterapia; Políticas públicas.

### *Key words:*

Complementary therapies; Nurse students; Medicinal plants; Phytotherapy; Public policy.

### **RESUMO**

O trabalho investigou sobre o conhecimento dos acadêmicos de enfermagem sobre as plantas medicinais e fitoterápicos. Trata-se de um estudo transversal e analítico, realizado com a aplicação de questionário direcionado a alunos de Enfermagem em 2010. Participaram 156 acadêmicos, a maioria formada por mulheres jovens e solteiras com idade média de 23,6 anos. A maior parte dos entrevistados (67,9%) conhecem as Práticas Integrativas e Complementares (PICs), principalmente massagens, acupuntura, terapia floral, reiki, homeopatia, musicoterapia e fitoterapia. Utilizam-nas e conhecem pessoas que usam essas práticas terapêuticas. A aquisição do conhecimento se deu, principalmente, em livros (49,2%) e revistas (64,7%) e 53,2% utilizam as PICs para o autocuidado. Apenas 30,1% discutiram o tema com docentes. Constatou-se que a maioria (98,1%) desconhece a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e as Políticas Intersetorial de Plantas Medicinais do RS. Mesmo assim, os acadêmicos são favoráveis à implantação de disciplina curricular abordando o tema. Assim, conclui-se que existe um ambiente favorável para a abordagem do tema no currículo do curso.

### **Knowledge about the topic medicinal plants and phytotherapies as a technological tool in the training of nursing students**

### **ABSTRACT**

This study aimed to analyze undergraduate Nursing students' knowledge about medicinal plants and herbal medicines. This is a cross-sectional and analytical study, with a questionnaire applied to nursing students in 2010. The study involved 156 academics, mainly formed by young and single women, aged mean of 23.6 years. The interviewed students (67.9%) claimed to know Integrative and Complementary Practices PICs, especially massage, acupuncture, floral therapy, reiki, homeopathy, music therapy and phytotherapy. Only 30.1% discussed the subject with teachers. It was verified that the majority (98.1%) did not know about the National Policy of Medicinal Plants and Phytotherapy and the Intersectoral Policy of Medicinal Plants from RS. The nurse students showed interest in the non-conventional practices and that disciplines approaching the non-conventional practices should be included in the curriculum of nurse course.

## 1. Introdução

As plantas medicinais têm sido a base de muitos produtos usados para os cuidados em saúde desde tempos muito antigos e o valor clínico, farmacêutico, econômico vem sendo, gradativamente, reconhecido em muitos países (1). De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 65 a 80% da população mundial, moradora em países em desenvolvimento, dependem, essencialmente, das plantas medicinais para assegurar os cuidados primários de saúde (2). A Organização das Nações Unidas ainda mostra que um terço da população mundial e mais da metade da população das regiões mais pobres da Ásia e África não têm acesso a medicamentos e dependem das terapias complementares para satisfazer suas necessidades de saúde (3).

Além disso, muitas pessoas buscam um estilo de vida natural, o que remete a uma

\* Autor correspondente: [anabaisch@furg.br](mailto:anabaisch@furg.br) (A.L. Muccillo-Baisch)

procura de tratamentos ou prevenção de patologias por terapêuticas sem efeitos colaterais e que visualizem além de compartimentos do corpo, o homem na sua integridade (corpo, mente e crenças) (4). Além dessa visão, pode-se, ainda, considerar outros fatores para esse interesse, tais como o alto custo da assistência médica privada e dos medicamentos e a precariedade da assistência prestada pelos serviços públicos em geral (5). Também há de se considerar o fato de que algumas pessoas preferem uma abordagem natural, na crença de que as substâncias naturais são menos tóxicas do que as substâncias sintéticas (6).

Na compreensão dessas necessidades, várias políticas têm sido propostas com o objetivo de implantar e regular as medicinas tradicionais e complementares. Assim, em 2002, a OMS publicou a *WHO Traditional Medicine Strategy 2002-2005*, que inclui, entre seus objetivos finais, a preocupação com a educação e o treinamento dos profissionais de saúde (7).

Em 2006, o Brasil aprovou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (8)(9). Mais recentemente, incluiu a arte terapia, Ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, Reiki, Shantala, terapia comunitária integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (10). Ao mesmo tempo, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) avaliou e atualizou as normas para o registro de medicamentos fitoterápicos, as Boas Práticas de Fabricação e Controle de medicamentos na indústria farmacêutica e a lista de referências para comprovação da segurança e eficácia de medicamentos fitoterápicos (11) (12) (13). Com essas ações, o Ministério da Saúde (MS) legitimou o uso das plantas medicinais e vem estimulando e incentivando a pesquisa na área da fitoterapia, incluindo o tema como prioridade na rede de pesquisas em Atenção Primária à saúde (8).

O Ministério da Saúde, desde 2006 (8), disponibiliza opções terapêuticas e preventivas aos usuários do SUS, o que inclui o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos (9).

Assim, o profissional da saúde passa a ter necessidade de adquirir conhecimentos didáticos que forneçam embasamento científico para que ele, como profissional, viabilize a estratégia de oferta de ações e serviços nessa área enquanto prática integrativa e complementar. Apesar do aumento do uso e do estudo das terapias complementares de fitoterapia, ainda é incipiente o ensino dessa disciplina nos cursos de graduação (14). Então, não é surpreendente que profissionais, principalmente os da área da saúde, tenham deficiência nesse campo do conhecimento (15) (16).

Nesse sentido, a PNPIC recomenda que seja estimulada nas universidades a inserção, nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação envolvidos na área da saúde, de disciplinas com conteúdos voltados às plantas medicinais e à fitoterapia (8). Igualmente na PNPMF, uma das diretrizes diz para incentivar a formação e a capacitação de recursos humanos para que sejam desenvolvidas pesquisas, tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos (9).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem e as estruturas curriculares nos Projetos Políticos dos Cursos (PPCs) permitem construir perfil acadêmico e profissional com competências, habilidades e conteúdo, dentro de perspectivas e abordagens contemporâneas, para que esses sejam capazes de atuar com qualidade, eficiência e resolutividade no Sistema Único de Saúde (SUS) (17) (18).

Um estudo realizado no município do Rio Grande (RS) constatou que 95% da população estudada faz uso de plantas medicinais como agente terapêutico e mais de 68% se utilizam dessa prática como primeiro recurso em caso de doença em algum

membro da família. Esse mesmo estudo mostrou que apenas 23% procuram atendimento em Unidades Básicas de Saúde (19).

Assim, introduzindo a temática das terapias complementares, plantas medicinais e fitoterapia nos currículos acadêmicos dos cursos da área da saúde pode-se despertar o interesse dos universitários em adquirir o conhecimento científico e, ao mesmo tempo, oferecer maior segurança para esses futuros profissionais atuarem junto ao SUS e garantir o direito de escolha dos diferentes tratamentos (20).

O objetivo do trabalho foi conhecer a opinião dos acadêmicos de Enfermagem sobre a inserção do conteúdo plantas medicinais e fitoterápicos no curso de graduação e o conhecimento sobre as PICs.

## 2. Materiais e Métodos

Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, transversal, desenvolvido com acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem. A amostra de sujeitos foi constituída por alunos do 1<sup>o</sup> ao 8<sup>o</sup> semestres do curso de graduação em enfermagem, matriculados em 2010, período de aplicação dos questionários. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Santa Casa do Rio Grande (Parecer de aprovação no 031/2006).

Os dados foram coletados mediante aplicação de questionário específico em que os acadêmicos foram questionados sobre sexo, idade, estado civil, renda, atividade remunerada. Responderam também a questões sobre o conhecimento sobre as plantas medicinais e as PICs (sim, não), sobre o modo como adquiriram o conhecimento sobre as plantas medicinais e as PICs (questão aberta), sobre se já haviam discutido com os docentes sobre as plantas medicinais e as PICs (sim, não), sobre a utilização das plantas medicinais, das terapias alternativas complementares no autocuidado (sim, não), se gostariam de fazer uso das plantas medicinais e das PICs (sim, não), sobre os motivos para utilizarem as plantas medicinais e as PICs (questão aberta), sobre conhecerem pessoas que usam as plantas medicinais e as PICs (sim, não), sobre observarem resultados positivos com o uso das plantas medicinais e as PICs (sim, não), sobre conhecimento das políticas públicas nacional e estadual.

Os dados foram tratados estatisticamente, por meio de análise de porcentagens das respostas. Os dados sociodemográficos foram analisados através do software livre EPIINFO e tratados estatisticamente com o auxílio do software STATA 10.

## 3. Resultados e discussão

Foram entrevistados 156 acadêmicos do curso de Enfermagem, a maioria estudantes do sexo feminino (89,1%), com idade média de 23,6 anos, 82,7% são solteiros e a renda familiar se situa entre 03 a 10 salários mínimos. Ainda podemos verificar que 81% dos entrevistados são estudantes e não desenvolvem nenhuma atividade profissional no momento da pesquisa. Perfil semelhante foi encontrado para acadêmicos do curso de Enfermagem de duas instituições localizada na cidade de São Paulo (21). Esses mesmos autores também encontraram uma predominância de mulheres no curso de Enfermagem e reforçam a porcentagem pequena de homens. O tema da representação de gênero na prática da enfermagem, na visão dos acadêmicos, mostra a necessidade de as escolas (cursos de formação) problematizarem sobre as relações de gênero na prática dessa profissão (22). Cabe considerar que a entrada das mulheres nas universidades brasileiras na década de 70 representou um marco, quando as instituições de Ensino Superior eram

espaços predominantemente masculino (23). Trabalho recente com acadêmicos dos cursos de graduação na área da saúde também mostrou predominância de acadêmicos do sexo feminino (20).

Questionados se conheciam as PICS, especialmente as plantas medicinais, a maioria dos entrevistado (67,9%) respondeu conhecê-las. Resultados semelhantes foram encontrados por outros autores investigando a mesma temática junto a estudantes do curso de Enfermagem (24) (21) e a estudantes de Medicina (25) (26) de outras universidades. Ainda, a pesquisa realizada com acadêmicos dos cursos da área da saúde (Farmácia, Enfermagem, Ciências Biológicas) mostra que 73% dos entrevistados fazem uso de plantas medicinais e estão dentro da faixa etária entre 18-28 anos (93%) (27). Esses resultados estão em acordo com os encontrados neste trabalho. Por outro lado, nossos resultados estão em discordância com os obtidos por Trovo e colaboradores (21), que mostraram maior porcentagem de não utilização das PICs (incluindo as plantas medicinais) entre os acadêmicos de graduação em enfermagem.

As principais PICs conhecidas pelos entrevistados podem ser visualizadas na Tabela 1, onde podemos verificar que as mais citadas foram massagens (75,6%), acupuntura (75,0%), terapia floral (67,3%) e Reiki (61,5%). Logo em seguida, vem a homeopatia (60,3%), musicoterapia (55,1%) e a fitoterapia (53,8%). Além dessas, as mais mencionadas foram toque terapêutico (47,4%), cromoterapia (42,9%), aromaterapia (42,3%) e hipnose (40,4%). Outras terapias foram citadas num percentual abaixo de 40%. São elas: cristais, hidroterapia, terapêutica nutricional ortomolecular, quiropraxia, shiatsu/Do-in, relflexologia, iridologia. Os resultados encontrados se assemelham aos do estudo também com acadêmicos de Enfermagem, destacando acupuntura, florais e massagens (20). Por outro lado, junto aos acadêmicos do curso de medicina, as PICs mais conhecidas foram ioga, homeopatia, chás caseiros, acupuntura e fitoterapia (25).

**Tabela 1:** Relação das PICs conhecidas pelos alunos de graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2010.

Terapias de conhecimento dos acadêmicos	N (%)
Massagens	118 (75,6)
Acupuntura	117 (75,0)
Florais	105 (67,3)
Reiki	96 (61,5)
Homeopatia	94 (60,3)
Musicoterapia	86 (55,1)
Fitoterapia	84 (53,8)
Toque terapêutico	74 (47,4)
Cromoterapia	67 (42,9)
Aromaterapia	66 (42,3)
Hipnose	63 (40,4)
Cristais	51 (32,7)
Hidroterapia	51 (32,7)
Terapêutica nutricional ortomolecular	38 (24,4)
Quiropraxia	28 (17,9)
Shiatsu/Do-in	22 (14,1)
Reflexologia	15 (9,6)
Iridologia	06 (3,8)
Outras	06 (3,8)

Ao analisar o modo como adquiriram o conhecimento sobre as PICs, as respostas foram agrupadas em livros (49,2%) e revistas (64,7%), pela mídia televisiva (64,1%), com amigos (62,2%), com familiares (48,7%), na universidade (39,1%), com os médicos (18,6%) e no trabalho (10,3%). Resultados semelhantes aos nossos foram

encontrados junto aos acadêmicos da área da saúde, dos cursos de ciências biológicas, farmácia e enfermagem, que afirmaram adquirem o conhecimento sobre plantas medicinais, com maior frequência, em livros, revistas e televisão, com amigos e familiares (24) (27). Ao contrário dos nossos resultados, a origem do conhecimento sobre as PICs, apenas 10% dos acadêmicos cita revistas científicas, outros profissionais e programas de TV (25) (26). Esses resultados demonstram que o conhecimento dos acadêmicos sobre as PICs se dá, principalmente, por meio dos veículos de comunicação e destaca a transmissão verbal, reforçando que esse “conhecimento” faz parte do saber popular (28).

Quando perguntados se já haviam discutido com os docentes sobre as PICs, foi possível constatar que somente 30,1% confirmaram e com a frequência de ao menos uma vez (16,7%). Outros autores investigaram sobre a discussão do tema em sala de aula e encontraram resultados semelhantes aos nossos, principalmente com alunos de graduação em Enfermagem (21). Quando o público foram os estudantes de Medicina, o tema foi abordado em sala de aula poucas vezes e terapias como homeopatia, acupuntura e fitoterapia foram as mais discutidas (25).

Na discussão em sala de aula sobre as PICs, as disciplinas foram apresentadas como centro de discussão, embora em uma porcentagem inferior a 12% dos entrevistados. Cabe destacar que, dentre as disciplinas ministradas em sala de aula, encontramos uma relacionada com o tema, terapias alternativas/complementares (2 créditos), mantida atualmente e oferecida em caráter optativo. Embora essa disciplina possa se constituir em um fórum de discussão sobre o tema, apenas 7,1% dos entrevistados relataram que talvez essa porcentagem esteja relacionada ao não oferecimento da disciplina nos últimos anos. No estudo de Trovo, Silva e Leão (21), a disciplina de terapias alternativas foi a mais citada em fórum de discussão sobre o tema. Os autores também destacam no seu quadro docentes com especialização em terapias alternativas, o que poderia justificar a discussão desses docentes com os acadêmicos.

Pesquisa realizada junto a docentes de universidades localizadas no sul do RS, sobre a inclusão do tema plantas medicinais nos currículos da área da saúde, mostrou que o tema não é desenvolvido pela maioria dos docentes (92,16%), mas reconhecem a necessidade da inclusão (29). Esses mesmos docentes consideram que o saber científico e o popular se encontram no tema plantas medicinais e valorizam a influência cultural no desenvolvimento das práticas terapêuticas (30). A inserção do conteúdo fitoterapia foi verificada junto a acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia e a maioria mostrou interesse pela inclusão da fitoterapia, motivados por ampliação do conhecimento e constatação da evidência científica (20).

Arguidos sobre a utilização das PICs para o autocuidado, 53,2% afirmam utilizarem-se dessas terapias, enquanto 55,1% gostariam de fazer uso dessas práticas. O principal motivo pelo qual utilizam as plantas está relacionado à facilidade de acesso e à ausência de efeitos colaterais. Apenas 1,5% dos entrevistados citaram ter apresentado alguma reação adversa. A forma mais significativa de obtenção das plantas e a orientação sobre o uso foram com familiares e amigos (34% e 40%, respectivamente). A parte mais utilizada foi a folha (70%), preparada por infusão (64%). Esses resultados nos levam a perceber o significado da utilização de plantas medicinais pelos acadêmicos entrevistados, assim como na população em geral.

Nesse sentido, estudo realizado no município do Rio Grande (RS) constatou que 95% da população investigada faz uso de plantas medicinais como agente terapêutico e mais de 68% se utiliza desta prática como primeiro recurso em caso de doença em algum membro da família. Esse mesmo estudo mostrou que apenas 23% procuram atendimento em Unidades Básicas de Saúde (19).

Em relação à utilização dessas práticas por outras pessoas, dos 86,5% acadêmicos que responderam à questão, 77,6% conhecem pessoas que utilizam terapias alternativas complementares e 9% não têm conhecimento de pessoas que utilizam. Entre 84,6% dos acadêmicos, 77,6% notaram resultados positivos em relação à utilização das TAC e 7,1% não observaram. Dos resultados positivos observados pelos acadêmicos, 39,7% afirmaram ser em benefício próprio e 37,2% referiram observar os benefícios em outras pessoas. Esses resultados estão em acordo com os obtidos por Trovo, Silva e Leão (21).

Os principais benefícios relatados pelos acadêmicos foram a diminuição da dor, citada por 19,2%; diminuição da ansiedade, referida por 12,8%; para melhoria do estresse, citado por 10,9%; melhora do humor, referida por 7,1%; autoestima, 4,5% e também como fonte de calma e tranquilidade, citado por 4,5%. Os resultados revelam um uso preferencial das PICs para o tratamento de problemas relacionados com a saúde mental dos respondentes, o que poderia revelar uma preocupação com o bem-estar e a valorização dos aspectos psicológicos dos pacientes, visualizando o homem como um ser holístico, como apontado por Barbosa e colaboradores (28).

Quando interrogados sobre a recomendação das PICs, 87,8% (137) recomendariam a utilização e 3,8% (6) não as recomendariam, 8,3% (13) acadêmicos não responderam a questão. Esses resultados estão semelhantes ao encontrado por Trovo e colaboradores (2003), já os acadêmicos de medicina de Santa Catarina recomendariam, em sua maioria, ioga (73,6%), acupuntura (73,1%), fitoterapia (55,3%), orações (52,8%) (24).

A maioria dos acadêmicos entrevistados (98,1%) afirmou não conhecer a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do governo federal (9), assim como também a maioria (97,4%) desconhece a Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Rio Grande do Sul (31). O desconhecimento da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares também foi encontrado junto aos acadêmicos de Enfermagem, de Medicina e de Odontologia (20). Com relação à política gaúcha, pesquisa realizada com docentes de universidades da região Sul do Rio Grande do Sul e da Campanha, Brasil, mostrou que 91,50% dos questionados não têm conhecimento da Política Intersetorial de Plantas Medicinais do Estado (32).

Quando os acadêmicos foram questionados se, no currículo do curso de enfermagem, deveria ser abordado o assunto plantas medicinais e fitoterápicos, a maioria (93,6%) respondeu afirmativamente. Ainda quanto ao semestre do curso de melhor abordagem da temática, a 3<sup>a</sup> e a 4<sup>a</sup> série se destacaram entre as demais (32,7%) em aceitação dos acadêmicos. Os acadêmicos ainda sugeriram uma carga horária para a disciplina de 30 horas (40,4%), teórico-prática (88,5%) e em regime optativo (66%). A Tabela 2 apresenta a relação dos temas que os acadêmicos gostariam que fossem abordados na disciplina.

**Tabela 2:** Relação dos temas a serem abordados na disciplina, selecionados pelos acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2010.

<i>Temas propostos para serem abordados na disciplina</i>	N (%)
Formas de utilização de plantas medicinais	141 (97,2)
Potencial terapêutico das plantas medicinais	134 (94,8)
Plantas tóxicas	142 (94,4)
Identificação correta de plantas medicinais	142 (93,7)
A cultura popular e a saúde	135 (91,9)
Avaliação toxicológica da plantas medicinais	134 (90,3)
Plantas medicinais e educação em saúde	139 (88,5)
A inserção da fitoterapia no SUS	137 (88,3)
Medicina popular x Medicina científica	133 (86,5)
Pesquisas desenvolvidas com plantas medicinais	132 (77,3)
Triagem farmacológica de plantas medicinais	129 (76,7)
Extração de princípios Ativos	130 (74,6)
Controle de qualidade de fitoterápicos	133 (74,4)
políticas públicas sobre o tema	130 (71,5)
Estudos de isolamento do princípio ativo e validação clínica	129 (71,3)
Legislação brasileira para fitoterápicos	134 (70,9)
Prescrição médica com plantas medicinais	130 (68,5)
Noções básicas sobre cultivo	131 (58,0)
Coleta e herborização	127 (55,9)

Com relação às atividades práticas ou teórico-práticas, a porcentagem de aceitação, bem como o tipo de atividade a ser desenvolvida podem ser vistas na Tabela 3.

**Tabela 3:** Relação das atividades sugeridas nas atividades teórico-práticas, conforme escolhida anteriormente pelos alunos, selecionadas pelos acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, RS, 2010.

<i>Atividades sugeridas</i>	N (%)
Testes em laboratório	137 (85,4)
Palestras de educação sobre plantas medicinais	131 (84,0)
Visitas às comunidades para levantamento da utilização	131 (81,7)
Levantamentos etnobotânicos	116 (65,5)

#### 4. Considerações finais

A principal limitação deste estudo é que ele representa a opinião de estudantes de apenas uma instituição de ensino, de um só curso da área da saúde e não generalizável para outras instituições, muito embora os resultados vão ao encontro de outros autores. Também a limitação própria de um estudo observacional transversal que descreve os resultados obtidos no momento da investigação e que não permite estudar a causalidade das associações. Também temos de considerar possíveis vieses de informação intrínsecos ao levantamento realizado com base em um questionário.

Assim, este estudo mostrou uma atitude favorável por parte dos estudantes de enfermagem à inserção do novo conteúdo no currículo, embora desconheçam a Política

Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, regulamentada para o sistema de saúde brasileiro. Esses resultados suportam a ideia da criação de uma disciplina que contemple os temas investigados. Os acadêmicos se interessam pelo tema plantas medicinais e são favoráveis a sua implantação, com sugestões de temas e metodologias.

Embora o questionamento tenha sido feito direcionado à criação de uma disciplina que aborde especificamente as plantas medicinais, tendo em vista a experiência institucional no tema, os resultados nos levam a sugerir a ampliação desse tema, no sentido de serem abordadas as outras terapias alternativas também de interesse dos acadêmicos.

## 5. Referências

1. Miguel MD, Miguel OG. Desenvolvimento de Fitoterápicos. São Paulo: Tecmedd, 2004.
2. Akerele O. Summary of WHO guidelines for the assessment of herbal medicines. *HerbalGram* 1993; 28:13-19.
3. OMS, 2001 World Health Organization. Legal Status of Tradicional Medicine and Complementary/Alternative Medicine: A Worldwide Review; 2001.
4. Gomez MBD. Medicina occidental y otras alternativas: ¿es posible su complementariedad? Reflexiones conceptuales. *Caderno de Saúde Pública* 2003; 19 (2):635-643.
5. Luz MT. Cultura contemporânea e medicinas alternativas: novos paradigmas em saúde no fim do século XX. *Revista de Saúde Coletiva* 2005; 15:145-176.
6. Lin CC, Yen FL, Hsu FF, Lin JM. Anti-hypercholesterolemia, anrioxidant activity and free radical scavenger effects of traditional Chinese medicine prescriptions used for stroke. *J Pharm Pharmacol* 2000; 52 (11):1387-1393.
7. World Health Organization. WHO Tradicional Medicine Strategy 2002-2005. Geneva 2002; 74p.
8. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria no. 971, de 03 de maio de 2006a. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União*. Brasília, 04 mai. 2006b. Seção 1, p.20-25.
9. Brasil. Ministério Da Saúde. Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Brasília, 2006b.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria Nº 849, de 27 de março de 2017. Dispões sobre a inclusão da Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga à Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares. *Diário Oficial da União* de 28/03/2017 (nº 60, Seção 1, pág. 68)
11. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC no. 17, de 16 de abril de 2010. Dispõe sobre as boas práticas de fabricação de medicamentos. *Diário Oficial da União*. Brasília, 19 abr. 2010a. Seção 1, p.94-110.
12. Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. RDC no. 14, de 30 de março de 2010b. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5 abr. 2010b. Seção 1, p.85-87.
13. Brasil. Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. IN no. 05, de 31 de março de 2010c. Lista de referências bibliográficas para avaliação de segurança e eficácia de medicamentos fitoterápicos. *Diário Oficial da União*. Brasília, 5 abr. 2010c. Seção 1, p.91.
14. Figueredo CA, Gurgel IGD, Gurgel Junior GD. A Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 2014; 24 (2): 381-400.
15. Rosa C, Câmara SG, Béria JU. Representações e intenção de uso da fitoterapia. *Physis Revista de Saúde Coletiva* 2014; 24 (2): 381-400.
16. Santos RL, Guimaraes GP, Nobre MSC, Portela AS. Análise sobre a Fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais* 2011; 13 (4):486-491.
17. Brasil. Ministério Da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição. Brasília, Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em:



<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>

18. Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Disponível em: <http://www.eenf.furg.br/index.php/cursos/graduacao/pppenf>
19. Minasi OS. A utilização de plantas medicinais na promoção e na recuperação da saúde nas comunidades pertencentes às equipes do Programa de Saúde da Família de Rio Grande-RS. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande. 2003.
20. Feitosa MHA, Soares LL, Borges GA, Andrade MM, Melo Costa SM. Inserção do Conteúdo Fitoterapia em Cursos da Área de Saúde. Revista Brasileira De Educação Médica 2016; 40 (2):197-203.
21. Trovo MM, Silva MJP, Leão ER. Terapias alternativas/complementares no ensino público e privado: análise do conhecimento dos acadêmicos de enfermagem. Revista Latinoamericana de Enfermagem 2003; 11 (4):483-489.
22. Souza LL, Araújo DB, Silva DS, Menezes VC. Representações de gênero na prática de enfermagem na perspectiva de estudantes. Ciências & Cognição 2014; 19 (2) 218-232.
23. Guedes MC. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: XIV Encontro Nacional de Estudo Populacional, ABEP; 2004, Caxambu, MG. Disponível em:  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_369.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_369.pdf)
24. Trovo MM, Silva MEP. Terapias alternativas / complementares a visão do graduando de enfermagem. Revista Escola de Enfermagem 2002; 36(1):75-79.
25. Irene C. Külkamp IC, Burin GD, Souza MHM, Silva P, Piovezan AP. Aceitação de práticas não-convencionais em saúde por estudantes de medicina da Universidade do Sul de Santa Catarina. Revista brasileira de educação médica 2007; 31 (3): 229-235.
26. Morales NM, Min LS, Teixeira JEM. Atitude de Estudantes de Medicina frente a Terapias Alternativas e Complementares. Revista Brasileira de Educação Médica 2015; 39 (2): 240-245.
27. Rutkanskis AMR, Cruz-Silva CTA. Utilização de plantas medicinais pelos acadêmicos da área da saúde da Faculdade Assis Gurgacz no município de Cascavel – PR. Revista Cultivando o Saber 2009; 2 (4):69-85.
28. Barbosa MA, Siqueira KM, Brasil VV, Bezerra ALQ. Crenças Populares E Recursos Alternativos Como Práticas De Saúde. Revista Enfermagem 2004; 12:38-43.
29. Sena J, Soares MCF, Vaz MRC, Sena A, Muccillo-Baisch AL. Inclusão do tema plantas medicinais no currículo dos cursos da área da saúde: uma realidade necessária. REME – Revista Mineira de Enfermagem 2006; 10 (3):280-286.
30. Sena J, Soares MCF, Vaz MRC, Sena A, Muccillo-Baisch AL. Visão docente sobre plantas medicinais como um saber e sua utilização como medicamento. Revista de Enfermagem da UERJ, 2006; 14 (1):196-201.
31. DOE, Diário Oficial do Estado. Lei nº 12.560, de 12 de julho de 2006 (DOE nº 132, de 13 de julho de 2006) Institui a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.
32. Sena J, Soares MCF, Vaz MRC, Muccillo-Baisch AL. Política intersetorial de plantas medicinais do estado do Rio Grande do Sul – visão docente. Revista Gaúcha de Enfermagem 2007; 28(1):62-69.